

## Discurso, Análise do Discurso e Discurso Político: ponderações conceituais

Tayson Ribeiro Teles<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Letras - Linguagem e Identidade (Cultura e Sociedade) pela Universidade Federal do Acre. Possui Especializações nas áreas de Tecnologia/Comunicação, Educação, Administração e Gestão de Políticas Públicas. Graduado em Gestão Financeira pela UniSEB/Estácio-SP. Concluinte do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre. Agente Público Federal, Técnico Administrativo da Universidade Federal do Acre, Brasil. E-mail: taysonufac@gmail.com

**RESUMO:** O singelo ensaio acadêmico tem o desiderato de, em sede de revisão bibliográfica, servir de plataforma dissipadora de reflexões sobre conceitos básicos relativos a discurso, análise do discurso (o método) e discurso político, especificamente o eleitoral. A metodologia, portanto, é a prospecção bibliográfica, levada a efeito sob o plasma do método dedutivo. Usamos pensamentos de Orlandi (2015), Foucault (2014), Maingueneau (2015), Charaudeau (2015), entre outros. Os resultados demonstram ser premente firmar em nossas mentes que tudo é motivado, bem como ideológico, e, por isso, nenhum ato discursivo humano tem significação automática, sendo necessário sempre interpretarmos e analisarmos os signos que nos chegam de forma percuciente. Tal comportamento pode nos livrar de existirmos em situação de subsunção extrema aos discursos ocultos maléficos, provenientes dos poderosos ou dos que querem ao poder chegar.

**Palavras-chave:** Discurso. Análise do Discurso. Discurso Político. Reflexões.

### Speech, Discourse Analysis and Political Discourse: conceptual settings

**ABSTRACT:** The simple academic essay is the desideratum, in the seat of literature review, serve dissipative platform reflections on basic concepts of discourse, discourse analysis (the method) and political discourse, specifically the election. The methodology is therefore a literature survey, carried out under the set of the deductive method. We use thoughts Orlandi (2015), Foucault (2014), Maingueneau (2015), Charaudeau (2015), among others. The results show be pressing establish in our minds that everything is motivated, as well as ideological, and therefore, no human speech act has automatic significance, and must always interpret and analyze the signs that come to us from insightful way. Such behavior can get rid of subsumption we exist in extreme situation to the hidden evil speeches, from the powerful or those who want to be able to reach.

**Keywords:** Speech. Speech analysis. Political speech. Reflections.

### 1 DISCURSO: UM CONCEITO FUNDAMENTAL

Quando ouvimos ou lemos o vocábulo discurso o que imediatamente nos vem à mente, caro leitor? Acho que concordaremos em dizer que abruptamente somos atravessados por imagens, signos, sons, narrativas, perspectivas, devaneios e outras mais representações mentais que nos fa-

zem pensar ser um discurso apenas um ato de fala, de promanação de frases, orações, palavras, interjeições etc., certo?

Discurso é tudo isso sim (fala, palavras, sons, símbolos escritos etc.), mas é também, como nos dizem Orlandi (2015), Foucault (2014), Maingueneau (2015), Charaudeau (2015) entre outros, uma espécie de força/rede que nos une a todos nós, que participamos a todo o momento de um jogo

de lutas ideológicas, onde alternamo-nos entre a resistência e a concordância. Ou impomos ou cedemos. Jamais somos neutros.

Nesse prisma, são exemplos de discursos: a indicação social de que homens devem se relacionar amorosamente apenas com mulheres e vice e versa; os dogmas de algumas religiões que normatizam que se deve casar virgem; uma placa de trânsito com a palavra/signo Pare afixada em uma rua; a regra social de que não se deve andar despido em meio a uma via pública. Enfim, várias são as exemplificações factíveis.

Veja, portanto, caro leitor, que essencialmente discurso é isto: uma espécie de força invisível que nos molda, nos oprime, nos coage, nos normatiza, nos enforma – por meio de ideologias. Afinal, “[...] como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2015, p. 15).

Nesse tonário, porém, surge outra questão: quem produz todos os discursos que existem? Os próprios seres humanos, notadamente os que integram as elites econômicas, que forjam discursos que venham sempre lhes favorecer pecuniariamente, como, por exemplo, a implantação na mente das adolescentes de uma informação do tipo: a única sandália que presta, que é boa, que está na moda é a sandália X, quem a usa é bonita, atraente etc.

Pergunta-se, então: todo discurso é ruim? Bem, esta pergunta é complexa, contudo, cremos ser prudente afirmar que nem todo discurso é ruim. Por exemplo, o discurso genérico do utilitarismo que nos diz que devemos todos ser felizes, será em total ruim? É bom ser/estar infeliz? Decepção-

nado? Frustrado? Cremos que não! Não precisamos estar felizes todo o tempo, pois a melancolia, a angústia, o rancor etc. são sentimentos que existem e, portanto, devemos às vezes tê-los, é natural. Todavia, não podemos negar que ser/estar feliz é algo bom. O que é maléfico é não interpretarmos/analísarmos todos os discursos e vivermos reféns de alguns, notadamente os mais cruéis.

E sendo o discurso palavra dita ou escrita, mas também uma força/rede invisível, por que plataforma ele ocorre/surge ou aparece sempre? Pela linguagem! E, por isso, temos de:

Perceber que **não podemos não estar sujeitos à linguagem**, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso do mais aparente cotidiano de signos. A entrada do simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. **Não temos como não interpretar** (ORLANDI, 2015, p. 7). (Grifos nossos)

Sem a interpretação todos os discursos ficam incompletos. Isso, porquanto toda mensagem propalada por um emissor tem como alvo algum receptor ou vários. Nada é dito imotivadamente. Nessa perspectiva, como comenta Orlandi (2015), a incompletude discursiva (a não interpretação) torna o discurso sem início e ponto final definitivos, ou seja, quando não interpretados, alguns discursos transformam-se, nas mãos dos poderosos, em regras a serem cumpridas gramatical e literalmente. Ora, como o povo não sabe o que significa um discurso Z e não quer ter o trabalho de pensar para interpretá-lo, finda por se sujeitar a ele – é mais fácil e cômodo, quando se tem as ferramentas para tal é claro, pois há pessoas

que, infelizmente, não tiveram educação e ensinamentos para lidar com discursos.

Pode-se arrazoar, ainda, que discurso é, então:

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: **isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem.** De um lado, é na movência, na provisoriedade, que os sujeitos e sentidos se estabelecem, de outro, ele se estabilizam, se cristalizam, permanecem. Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido [...], toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: **há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de “atribuir” sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre etc.** Os sentidos são sempre “administrados”, não estão soltos. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá (ORLANDI, 2015, p. 8). (Grifos nossos)

Ademais, conforme Orlandi (2015), a palavra discurso tem origem em *dis-cursus* do latim que significa correr ao redor ou correr para todos os lados. É claro que atualmente sabe-se ser um discurso, além da força/rede à qual nos referimos, um ato de fala solene por meio do qual um orador tece vocábulos sobre algum assunto, geralmente em público. Entretanto, nos parece que, além disso, discurso é mesmo correr para todos os lados.

Quando falamos de algo geralmente nos-

sa fala caminha em todas as direções. Falamos o que é tal coisa, ideia etc., sua importância, quem inventou, em que contexto foi erigida, enfim simplesmente destrinchamos tudo sobre o que falamos. Isto nos parece ser mesmo o diferencial do ser humano frente aos outros animais: o exarcebamento e pormenorização da linguagem e seu uso. Nesse sentido, o discurso é “[...] palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2015, p. 13).

Foucault (2014) trabalhou muito esta questão do discurso e nos disse que este é um plexo de ordens que nos são impostas sem que possamos delas nos defender na medida em que quando vamos contra ele somos tachados de loucos ou algo análogo. Por exemplo, se andarmos nus pelas ruas, eu e você caro leitor, seremos considerados loucos pela primeira pessoa com a qual nos depararmos, pois tal pessoa possui incutida em si um discurso que a informa ser proibido, imoral, feio e errado andar nu em público.

Diz o referido filósofo francês que o ser humano passa a ser um tanto triste quando descobre que vive imerso em uma ordem discursiva (controlado por todos os lados). Esclarece que:

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda [...] em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar, estamos todos aqui para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis” (FOUCAULT, 2014, p. 7).

Neste belo excerto divagacional, Foucault (2014) nos diz que seria bom não estarmos todos incrustados na ordem discursiva que nos enquadra a todos a todo o momento. Adu-lo que a vida seria mais calma, profunda, aberta, livre, bem como haveria verdade em tudo, os outros não nos decepcionariam nem nós a eles, pois seríamos todos sempre sinceros; enfim, seríamos felizes. Contudo, estamos dentro das normas, sujeitados a instituições (presídios, hospitais psiquiátricos), horários para tudo, regras de conduta social etc.

Mas, de onde provém este discurso invisível que nos aprisiona? Já sabemos, como relatado antes, que é produzido pelo próprio homem, mas de onde vem? Foucault (2014) nos disse que vem de uma espécie de controle mútuo/solidário que todos erigimos contra nós mesmos, um ao outro. Dizemos: para o célebre filósofo, se há algum poder “[...] é de nós, só de nós, que lhe advém” (FOUCAULT, 2014, p. 7).

O que nos quer dizer Foucault (2014) com isso? Basicamente, para Foucault (2014), o poder/dominação está impregnado em todos nós, que controlamos e dominamos um ao outro a todo o momento. Por exemplo, em uma sala de aula, quem controla os alunos a fim de que eles fiquem quietos, sentados, calados e não vão embora não é a escola, o professor, as grades dos portões, são os próprios alunos que, reprimidos por um(a) medo/coação social interno(a) que lhes obriga a ali ficar, vigiam-se uns aos outros.

Quando um aluno cola na prova é geralmente dedurado por outro aluno – que acha injusto o ato de colar. Quando chegamos atrasados ao trabalho ou nem vamos, são nossos colegas de laboro que verbalizam piadinhas do tipo: fulano nem veio, o

que será que houve? Não é preciso que nossos chefes percebam nossa ausência – vigiamos uns aos outros. Enfim, vários são os exemplos.

Para Foucault (2014), o discurso/poder está em todos nós e em todas as esferas de nossa vida, por isso ele cunhou o termo microfísica do poder, consignando que o poder está capilarizado por todos os lugares, em todas as pessoas. Assim, sendo a noção de discurso factível de várias interpretações, como a de simples fala e esta de Foucault (2014), temos que:

Tal polivalência permite que “discurso” funcione, ao mesmo tempo, como referindo objetos empíricos (“há discursos”) e como algo que transcende todo ato de comunicação particular (“o homem é submetido ao discurso”). Isto favorece uma dupla apropriação da noção: por teorias de ordem filosóficas e por pesquisas empíricas sobre o funcionamento dos textos (MAINGUENEAU, 2015, p. 23).

Em outras palavras, expandindo a compreensão sobre o conceito de discurso, Maingueneau (2015) nos diz que este pode ser entendido de várias formas, mas, basicamente, se estrutura como sendo a linguagem além da palavra/frase. Para Maingueneau (2015), quando se fala de discurso surgem várias ideias/características sobre esse conceito. Maingueneau (2015) que, ao lado de Patrick Charaudeau (2015), é um dos mais respeitáveis nomes da Análise do Discurso (AD) contemporânea, enumera oito dessas interessantes ideias/características, as quais comentaremos um pouco a partir de agora.

Para Maingueneau (2015), primeiramente, o discurso é uma organização além da frase, ou seja, é composto por unidades transfrásticas que oportunizam ao discurso

aparecer por meio de um além superior à organização frasal. Por exemplo, diz o estudioso, a frase Proibido fumar não é apenas uma frase que significa uma ordem legal/estatal sobre ser proibido o fumo. Por trás desta oração há um plexo de outras coisas, uma verdadeira carga abstrata e axiológica. Existe aí a noção de que fumar faz mal à saúde, bem como que fumar incomoda os não fumantes etc.

Em segundo lugar, o discurso é também uma forma de ação, ou seja, por meio da fala sempre exercemos atos sobre o outro, sejam atos de domínio/influência ou de submissão. Afinal, “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, perguntar [...]) que visa modificar uma situação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 25).

Em terceiro *lócus*, para Maingueneau (2015), o discurso é também interativo. Isso, pois:

A atividade verbal é, na realidade, uma interatividade que envolve dois ou mais parceiros. A manifestação mais evidente dessa interatividade é a troca oral, onde os interlocutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre ele. [Pois], qualquer enunciação supõe a presença de outra instância de enunciação, em relação a quem constrói seu próprio discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 26).

Nesse pisar, bem lembra o autor que “um termo como ‘destinatário’ parece insatisfatório, porque pode dar a impressão de que a enunciação é apenas a expressão do pensamento de um locutor que se dirige a um destinatário passivo” (MAINGUENEAU, 2015, p. 26). Essa ideia hoje nos parece óbvia, mas quando se passou a pensar assim ocorrera verdadeira reviravolta no campo da linguagem, tendo sido Bakhtin (2014) um

dos primeiros a propor um dialogismo da/na linguagem.

Em quarto plano, o discurso é contextualizado. Isto é, o discurso intervém sempre em um contexto, não sendo factível, nem aceitável caso alguém proponha, atribuir qualquer sentido a um enunciado que não seja contextualizado, ou seja, não se saiba ou se tenha indícios de um porquê, um como, um quando, um (a)onde.

Em quinto prisma, todo discurso é assumido por um sujeito, ou seja:

O discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz a seu destinatário (MAINGUENEAU, 2015, p. 26).

Aduz Maingueneau (2015) que o discurso indica ainda quem é o responsável pelo que ele diz. Por exemplo, num enunciado simples, como na palavra chove, a confiabilidade na/da informação depende do enunciatador que ao invés de afirmar que chove pode dizer talvez possa chover, segundo fulano vai chover, acho que vai chover, ou outra coisa.

Em sexto lugar, o discurso é regido por normas. Isso, porquanto

Existem [...] normas (‘máximas conversacionais’, ‘leis do discurso’, ‘postulados conversacionais’ [...]) que regem as trocas verbais [...]. Além disso, [...] os gêneros de discurso são conjuntos de normas que suscitam expectativas nos sujeitos engajados na atividade verbal (MAINGUENEAU, 2015, p. 27).

Em sétima asserção, o discurso é assumido no bojo de um interdiscurso. Isso, visto que:



Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras. O simples fato de organizar um texto em um gênero (a conferência, o jornal televisivo [...]) implica que o relacionemos com outros textos do mesmo gênero [...] os discursos concorrentes, os discursos anteriores (MAINGUENEAU, 2015, p. 28).

Os que defendem essa corrente pregadora da existência de um interdiscurso inspiraram-se notadamente em Bakhtin (2014) para quem todo enunciado está sempre incrustado em um dialogismo, na medida em que o texto não é fechado, mas aberto a enunciados exteriores e anteriores, sendo a cadeia verbal de cada enunciação deveras interminável. Afinal, “a fala nunca é concebida como lugar em que a individualidade se põe soberanamente: cada locutor está tomado pela sedimentação coletiva das significações inscritas na língua” (MAINGUENEAU, 2015, p. 28), proveniente de outros sujeitos.

Em oitava e última percepção, para Maingueneau (2015) o discurso constrói socialmente o sentido. Isso, porque:

[...] é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção de sentidos é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis [...]. A noção de discurso constitui, assim, uma espécie de invólucro comum para posições às vezes fortemente divergentes. Estamos mais numa lógica do ‘clima familiar’ do que na de um núcleo que seria comum a todos os usos (ORLANDI, 2015, p. 29).

Por fim, retornando à ideia de que discurso pode ser fala, mas também uma força invisível que nos domina por todos os lados,

para Maingueneau (2015) o termo discurso tem realmente um duplo alcance. Permite designar concomitantemente objetos, como, por exemplo, o discurso do médico e o discurso da imprensa, e mostrar que se adota um determinado ponto de vista sobre eles, ou seja, é possível dizer que um jornal tal ou uma clínica de médicos também são um discurso, pois são “mobilizadores de certas ideias-força” (MAINGUENEAU, 2015, p. 29).

## 2 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO

Vimos, então, um pouco sobre o que seja o discurso, agora perguntamos: como funciona o discurso? Como apregoa Orlandi (2015), o discurso é certo efeito de sentidos entre locutores e somente conseguimos apreender seu funcionamento “[...] se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2015, p. 20), ou seja, em escorço, para entender o funcionamento do evento discurso é preciso compreender que o real (a realidade) é afetada pela história, que é múltipla – nunca é somente uma coisa. Logo, entender o funcionamento do discurso requer circunspeção e análise profunda do próprio discurso e seu meio de difusão (a história).

Certo, então o discurso funciona pelo simbólico e na história? Sim! Mas, como verdadeiramente isso funciona/ocorre? Em que meio? Bem, “a língua é [...] condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2015, p. 20). Mas, a língua que serve de meio para a propagação discursiva é apenas a língua crua da gramática, da sintaxe, as frases, os vocábulos?

Com efeito, não! “Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação

com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 28), mas também da história, das ideologias.

Afinal, o discurso caminha:

[...] no jogo da língua que se vai estoricizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atigem [...] sujeitos apesar de suas vontades. **O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas.** Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. **O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.** Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” [...]. O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentido estão ali presentificados (ORLANDI, 2015, p. 30). (Grifos nossos)

Das palavras expendidas percebemos, sucintamente, que a autora quer nos dizer que o discurso não surge do nada e independentemente de nossas volições, mas que somos por ele atravessados de tal modo que não conseguimos nem explica-lo, descrevê-lo, seja ele próprio ou o seu funcionamento.

Isso, porque:

Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles [os sentidos] são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. **Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo.** Eles se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o iní-

cio delas. Elas se realizam em nós [...] (ORLANDI, 2015, p. 33-34). (Grifos nossos)

Estamos falando de sentidos e discursos, mas qual a diferença/relação? Bem, em nossa percepção, os sentidos são as orientações ideológicas impregnadas no discurso, meio que como se fossem, em literalidade, o caminho para que apontam os discursos. Mas, por que os sentidos são, então, múltiplos? Por que todos os seres humanos não rezam a mesma missa? Por que, por exemplo, acabar com o capital e estabelecer o comunismo ou o socialismo em todo o mundo aparentemente não é possível?

Justamente pela multiplicidade de sujeitos e, portanto, de discursos, os quais têm sentidos diversos. Afinal, “[...] se os sentidos - e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2015, p. 36), pois tudo já estaria dado e seria compreendido - teria sentido.

Além disso, nunca é demais lembrar que:

Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. [...], o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. [...], [bem como], **não há discursos que não se relacionem com outros.** Em outras palavras, **os sentidos resultam das relações:** um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para fazer futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2015, p. 36-37). (Grifos nossos)

### 3 A ANÁLISE DO DISCURSO: HISTÓRIA DO MÉTODO, PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

No tema deste tópico, inicialmente, cum-

pre denotar que:

A Análise do Discurso concebe a **linguagem como mediação necessária entre homem e realidade natural e social**. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da existência humana (ORLANDI, 2015, p. 13). (Grifos nossos)

Nessa toada, atualmente existe um campo de estudo que se dedica à função de estudar a mediação entre homem e linguagem, o qual é nominado Análise do Discurso. Mas, por que devemos analisar discursos? Eles não são claros quando são ditos, enunciados, pronunciados, auscultados?

Bem, caro leitor, à evidência, os discursos não têm uma interpretação unívoca quando (e porque sempre) chegam a vários receptores. Você já deve ter escutado a velha expressão: cada um vê as coisas ao seu modo. É exatamente assim que funciona a vida: todo discurso é interpretado de uma forma diferente por cada pessoa que o recebe. Qual a importância, então, da AD? “Pois é justamente pensando que há muitas maneiras de significar que os estudiosos começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular que é a que deu origem à Análise do Discurso” (ORLANDI, 2015, p. 13). Desse modo, é a AD o principal instrumento pelo qual interpretamos os discursos em todas as suas variações.

Mas, o que é materialmente a AD? Bem, o francês Maingueneau (2015) assevera que a AD não é apenas uma extensão da linguística, sendo em verdade um campo de estudo transdisciplinar, pós-disciplinar, heterogêneo e que é atravessado por um plexo de várias outras áreas de conhecimento/saber

vinculadas às ciências humanas e sociais, como psicologia, antropologia, filosofia, sociologia, história etc. Para este estudioso, a AD é um estudo das várias técnicas de processamento de signos, por meio do qual se observa acuradamente o poder dos discursos, sejam os falados ou os escritos<sup>1</sup>.

Maingueneau (2015) diz que após a chamada virada linguística se passou a estudar os tipos de textos e falas (os gêneros textuais), a relação entre a língua e a sociedade. O objetivo era compreender as relações entre os textos e as situações histórico-sociais e sócio-históricas nas quais eles eram produzidos. Maingueneau (2015) comenta que as pesquisas começaram de um modo muito diversificado. Falava-se de várias coisas ao mesmo tempo e em vários lugares. Pairava no ar uma espécie de desorganização. Assim, quanto à origem da AD, temos que:

Trata-se de um espaço de pesquisa fervilhante e que não pode ser remetido a um lugar de emergência exato. Atribui-se frequentemente um papel fundador a pensadores tais como E. Goffman, L. Wittgenstein, M. Foucault ou M. Bakhtin; indubitavelmente, eles tiveram um papel importante, mas a abordagem de cada um deles abrange apenas parte desse imenso campo, e nenhum deles recortou, mesmo com outro nome, um território que recobrisse mais ou menos o da atual análise do discurso. Só poderíamos construir uma história quase linear se nos restringíssemos a determinadas correntes (MAINGUENEAU, 2015, p. 15).

Outrossim, em sede de definição da AD, válidos também são os dizeres de Potter e

<sup>1</sup> Escritos também, pois como “o universo do discurso [...] é profundamente heterogêneo [...] não se pode unificá-lo em torno do modelo dominante da comunicação face a face” (MAINGUENEAU, 2015, p. 11).



Wetherell (1987, p. 6, *apud* Maingueneau, 2015, p. 29) que esclarecem:

A análise do discurso é uma perspectiva radicalmente nova que tem implicações sobre o conjunto das questões psicossociológicas [...] os outros métodos se recusam a levar em conta ou mascaram o caráter ativo, construtor do uso da linguagem na vida cotidiana.

Nessa direção, diz-nos Maingueneau (2015) que a AD congloba em si e em seus estudos três dimensões, quais sejam: língua (mais amplamente, os recursos semióticos disponíveis em uma sociedade), a atividade comunicacional e o conhecimento (os diversos tipos de saberes, individuais e coletivos, mobilizados na construção do sentido dos enunciados). Para o referido autor, a AD se distingue dos outros campos de estudos justamente porque agrupa essas três perspectivas em face de outras disciplinas que privilegiam uma só. Por exemplo, os sociólogos acentuam a atividade comunicacional, os linguistas privilegiam as estruturas textuais, e os psicólogos enaltecem as condições do conhecimento.

Entrementes, Maingueneau (2015) lembra que não podemos confundir o campo dos estudos de discurso com o da análise do discurso, pois esta é mais específica/restrita do que aquele. A AD possui um ponto de vista específico sobre o discurso, notadamente uma visão baseada em aspectos políticos, ideológicos, filosóficos e sociológicos.

Estudos de discurso são quaisquer pesquisas relacionadas genericamente a todos os campos do discurso, o que também se relaciona à gramática, à sintaxe etc., ao passo que a AD é um conjunto de estudos discursivos que:

Visam pensar o sentido dimensionado no

tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística [...] **refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua** (ORLANDI, 2015, p. 14-15). (Grifos nossos)

Mas, claramente, o que diferencia, então, a AD dos outros estudos discursivos (retórica, sociolinguística, análise da conversação, psicologia discursiva, análise do conteúdo etc.)? Bem, nos diz Maingueneau (2015) que a AD confere tratamento especial aos aspectos da língua(gem) na medida em que analisa sua função e estrutura na comunicação verbal.

A AD, diz Maingueneau (2015), é o único campo que objetiva estudar a articulação entre texto e situação de comunicação. Afinal, “a Análise do Discurso despertou a vontade de saber quais são as condições de produção do discurso de um indivíduo? Por que ele produz determinados discursos?” (PAES, 2009, p. 32). Logo, a situação de produção de um discurso coaduna-se às suas condições de produção.

Portanto, em outros vocábulos:

O interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que o tornam possíveis e que eles tornam possíveis [...]. O objeto da análise do discurso não é, então, nem os funcionamentos textuais, nem a situação de comunicação, mas o que os amarra por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional (MAINGUENEAU, 2015, p. 47).

Outro aspecto relevante que merece ser trazido à baila é pensarmos que a AD não é a mesma coisa que a análise de conteúdo. Isso, pois:

A análise de conteúdo [...] procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: **o que** este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: **como** este texto significa? (ORLANDI, 2015, p. 15-16). (Grifos nossos)

Este, inclusive, é um dos pontos mais atraentes da AD: o fato de ela não “defender a imanência do sentido, ou seja, um significado primeiro, original, imaculado e fixo capaz de ser localizado no interior do significante” (CARNEIRO, 2008, p. 37), fazendo com que nos estudos da AD existam várias visões sobre tudo sempre.

Afinal, por certo:

A Análise do Discurso acredita na multiplicidade de sentidos, para ela todo signo é polisêmico. Tanto é que um único significante pode passar por inúmeros processos de significação. E, como afirma Barthes (1993, p. 136-141), o próprio signo pode transformar-se em simples significante de outro signo, em uma dada situação, e, igualmente, um mesmo significado pode ser encontrado em vários significantes. Portanto, o sentido possui um caráter movente (CARNEIRO, 2008, p. 37).

Então, mediante o exposto, temos que a AD é um método de analisar discursos? Correto? Exato! Mas, quais são os discursos/textos que podem ser analisados? Podemos analisar tudo o que há no mundo? Bem, esta é outra questão complexa. Caso apreendamos as coisas objetivamente sem nunca subjetivar nada, não poderemos analisar quase nada com vieses da AD. A *pari passu* caso permitamos que os abstracionismos nos cheguem poderemos analisar muitas coisas que nos são dadas.

Aliás, em verdade, podemos analisar qualquer coisa, pois tudo é único nesta vida. Assim:

Uma análise dos grafites, das conversas, dos romances pornográficos, dos panfletos publicitários ou dos textos administrativos é tão legítima quanto uma análise do discurso filológico ou literário: quaisquer que sejam suas diferenças de prestígio, pode-se distribuí-los num mesmo espaço, apreendê-los por meio dos mesmos conceitos, pensar suas relações na unidade do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 60).

Ao lado disso, fato é que, como nos ensina Maingueneau (2015), por exemplo, basicamente para analisarmos um discurso/texto é necessário:

[...] que o texto considerado seja singular, extraordinário: por meio dele uma fonte transcendente nos envia uma mensagem; que esta mensagem trate de questões essenciais para nós, que a lemos; que esta mensagem esteja necessariamente oculta; que seja necessária uma exegese, uma ‘leitura’ não imediata do texto para decifrá-lo: o comum dos mortais não tem acesso direto a ela (MAINGUENEAU, 2015, p. 57).

Pois bem, já vimos o que é a AD, o que ela analisa. Agora precisamos verificar como são feitas análises mediante esse campo de estudo. Quais são os procedimentos/princípios a seguirmos para analisarmos discursos? Podemos analisar da forma que bem entendermos?

Bem, precisamos entender que na AD, como nas outras áreas das ciências humanas e sociais, existem “[...] múltiplas ‘correntes’ (‘escolas’, ‘teorias’ [...]) [e] uma corrente associa certa concepção do discurso e da finalidade de seu estudo a um aparato

conceitual e metodológico específico<sup>2</sup>” (MAINGUENEAU, 2015, p. 49), assim, vários são os modos/procedimentos de analisar discursos.

Contudo, em nosso tempo tem se sobressaído um modo de analisar discursos chamado de análise crítica do discurso. Neste campo da linguagem, o objetivo é “[...] desvendar interesses que o discurso [...] tentaria dissimular [...] desmontar processos que abrem caminho à violência, à discriminação, à injustiça” (MAINGUENEAU, 2015, p. 53). Isso, pois analisando-se criticamente discursos, tem-se o escopo de “[...] mostrar como o discurso é posto a serviço de interesses escusos, o mais das vezes inconscientes” (MAINGUENEAU, 2015, p. 54).

Mas, esta análise discursiva que se nomeia crítica se baseia em que? É boa mesmo? Bem, a AD crítica é baseada em uma tentativa de erigir “[...] leitura que vá além do sentido superficial do texto para decifrar o interesse inconfessável que nele está dissimulado” (MAINGUENEAU, 2015, p. 56).

Todavia, “o problema é [...] que não existe um ponto de vista sobranceiro e neutro. A suspeita não tem fim. Todo empreendimento crítico deve conviver com o temor de ver-se acusado de ter sucumbido àquilo que pretendia desmontar” (MAINGUENEAU, 2015, p. 57).

Mas isso é ruim? Bem, certamente:

[...] o analista crítico está constantemente sob a ameaça da acusação de ser apenas um pesquisador como os outros, de ser cooptado, ele também, pelos jogos de poder que pretende denunciar [...] [porém], a partir do momento em que exerce uma função crítica,

é preciso aceitar ver a crítica voltar-se contra si mesmo (MAINGUENEAU, 2015, p. 57).

Ademais, malgrado esta factibilidade de a AD ser vista também como um discurso, contaminado pelos valores particulares de seus instrumentalizadores, em essência, a leitura diferenciada proposta pela AD relaciona-se à entronação de uma perene busca pelo sentido das coisas, dos significantes. Inconformação é a palavra do método AD. Exercer a AD é “buscar os significados do signo, não necessariamente encontrá-los, mas buscá-los. [...] significados no plural, porque os signos são sempre plurais (polivalentes, dialógicos)” (TELES, 2016, p. 36).

Nesse caminho é que a AD se distingue da linguista nos seguintes termos:

O analista do **discurso** [...] não tem o mesmo objetivo do linguista da língua. Ele não estuda [por exemplo] o significado de “austeridade” ou de “diversidade”, mas elementos pré-construídos no interdiscurso, associados ao artigo definido: as fórmulas “a austeridade” ou “a diversidade”. O analista do discurso não pode trabalhar, no entanto, sem levar em conta as restrições impostas pela **língua**. “Diversidade”, por exemplo, é um substantivo feminino derivado de um adjetivo por um sufixo de significado particular, -idade: é um substantivo que nunca se emprega no plural e porta um valor positivo. Em dado momento, um processo neológico o fez passar de um uso relativo (“a diversidade de X”) a um uso absoluto (“é preciso promover a diversidade”), cujo referente é vago. Mas esse processo **é ininteligível se não estiver relacionado ao jogo de forças, aos interesses, às estratégias** que, num certo momento, tornaram ao mesmo tempo necessário e problemático o uso de tal fórmula (MAINGUENEAU, 2015, p. 97). (Grifos nossos)

Portanto, a AD “não se contenta com estudo dos textos: ela os relaciona ao funcio-

<sup>2</sup> Em síntese, podemos dizer, ainda, que “cada corrente categoriza o campo de pesquisa de que participa em função de seus próprios interesses” (MAINGUENEAU, 2015, p. 51).

namento das instituições que os produzem e os gerem” (MAINGUENEAU, 2015, p. 61). Além disso, a AD “não se interessa pelos indivíduos enquanto tais, mas, sobretudo, pelo(s) estatuto(s) que eles ocupam em um domínio de atividade. [Ela] focaliza a imbricação de um lugar social e de um texto por meio de um dispositivo de enunciação” (MAINGUENEAU, 2015, p. 75).

#### 4 O DISCURSO POLÍTICO

Para Patrick Charaudeau (2015), vivemos um mundo de máscaras e como existem várias, diversas identidades são factíveis. Nessa direção, o disfarce, que nem sempre se refere a uma imagem falsa/enganosa, mas a uma imagem/interpretação, é o que constitui a nossa presença e a nossa relação com o outro. Sempre no que é dito, diz Charaudeau (2015), haverá o que não é dito, que também é dito, mesmo sem ser percebido.

Então, o discurso político é o lugar social dos jogos de máscaras. Diz Charaudeau (2015) que toda palavra dita neste campo (na política) deve ser apreendida ao mesmo tempo pelo que ela não significa, não devendo nunca ser tomada ao pé da letra, numa transparência elevadamente ingênua, mas como produto de uma estratégia cujo enunciador quase sempre não é soberano.

Consigna Charaudeau (2015) que o discurso político, que é um gênero discursivo, comporta em si subgêneros, ou espécies mesmo de discursos, como o discurso de direita, o de esquerda, o fascista, o totalitário, o democrático, o extremista etc. Entretanto, mesmo existindo várias tipologias de enunciação política<sup>3</sup>, Charaudeau (2015)

esclarece que há condições gerais de emergência e estratégias-padrão que se oferecem a todo o ator político, sejam quais forem as posições e ideias defendidas por ele. Portanto, é plenamente possível que uma mesma estratégia possa ser empregada em lugares diferentes no tabuleiro do jogo político.

Conforme Charaudeau (2015), no seio político é complexo definir o que seja o discurso político, sendo possível apenas conceber que neste campo social existe feroz relação entre linguagem, ação, poder e verdade. Para Charaudeau (2015), segundo o princípio da alteridade, cada sujeito somente pode definir-se em função do outro. Segundo o princípio da influência, o sujeito sempre quer trazer o outro para si para que esse outro pense, diga ou aja segundo sua vontade. Além do que, se esse outro também puder ter seu particular projeto de influência, conforme o princípio da regulação, os dois gerenciarão (influenciarão na) sua relação.

O problema está justamente nessa regulação, pois nem todos têm acesso a ela. Todos pensam, dizem e agem, mas nem todos têm (acesso a) projetos de influência, os quais dependem de recursos diversos, infelizmente não disponíveis para todos. Assim, a força de alguns sempre vai se sobressair. Afinal, “todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo

---

ca o pensamento político, que não está reservado apenas aos responsáveis pela governança nem aos solitários pensadores da coisa política” (CHARAUDEAU, 2015, p. 40), não está falando do discurso político de modo genérico como a ideia de Aristóteles de ser o homem um animal político (tudo é política), mas sim somente do discurso político em âmbito parlamentar/legislativo/eleitoral.

<sup>3</sup> Por oportuno, ressaltamos que Charaudeau, malgrado acredite que existem “diferentes lugares onde se fabri-

social” (CHARAUDEAU, 2015, p. 17). Porém, nem essas forças não são equivalentes e sempre haverá sujeitos com mais força, seja econômica, política, simbólica etc.

Outrossim, obtempera Charaudeau (2015) que no plasma sócio-político da vida humana existem duas principais instâncias, a política e a cidadã. Esta se ligada à escolha dos representantes do povo no poder e aquela à realização da ação política, também no poder.

Nessa toada:

A instância política, que é de decisão<sup>4</sup>, deve, portanto, agir em função do possível, sendo que a instância cidadã a elegeu para realizar o desejável. Nasce, assim, um exercício difícil do poder político, que consiste em ditar a lei e sancioná-la, sempre se assegurando do consentimento da instância cidadã (CHARAUDEAU, 2015, p. 19).

Mas, como a instância política consegue convencer legitimamente a instância cidadã a seguir suas leis, bem como a aquiescer com suas criações? Isso se dá fora da linguagem? Não! Como tudo o que é mundo ocorre no trilho do trem da linguagem, a seara política usa da comunicação. Dessa maneira, o poder comunicativo político:

[...] remete à busca pela **dominação legítima** – que, sem necessariamente justificar a violência, garante o acesso da instância política ao poder, ou sua manutenção nessa posição -, pois ela se encontra permanentemente ameaçada por uma sanção física (golpe de Estado), institucional (derrubada de governo) ou simbólica (descrédito). Isso faz com que ao

espaço de discussão que determina os valores responda um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação. Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, um “sentir com os outros” que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais (CHARAUDEAU, 2015, p. 19). (Grifos nossos)

Contudo, quanto a essa ação a qual a instância política quer sempre que o cidadão adira, devemos lembrar que à instância política não importa se os cidadãos singularmente vão aderir ou não. Para ela basta apenas que seus ideais sejam partilhados por um número mínimo de pessoas, isso para que se mantenha no poder sob uma aparência de aprovação na medida em que a discussão entre quem lhe apoia e quem lhe faz oposição já é um fundamento de legitimação de *per si* (grosso modo: alguém me quer no poder!).

Além disso, essa ação política é um tanto abstrata, porquanto em política o que vale mais, às vezes, é a palavra. Por exemplo:

[...] quando se produzem ações de protesto que fazem pressão sobre o governo, pode-se perguntar o que tem maior influência: se os slogans e outras declarações da imprensa (palavra) ou se o número de manifestantes e os distúrbios causados na economia do país pelas greves e barricadas (ação)? E quando o governo deve responder a essas reivindicações, o que é que pode acalmar o jogo: uma campanha de persuasão voltada às categorias afetadas para convencê-las dos fundamentos da situação em curso (palavra) ou medidas concretas para a redução efetiva das taxas de juros ou o aumento da renda (ação)? O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a pa-

<sup>4</sup> Cremos, igualmente a Charaudeau (2015), que a instância cidadã não é de decisão, pois o povo não decide quem quer no poder. Votamos em candidatos que já foram escolhidos. Só temos as opções que nos são dadas, não podendo votar em qualquer pessoa. Não há, portanto, decisão e sim escolha.



lavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2015, p. 21).

Ainda quanto à palavra e à ação, para Charaudeau (2015), o poder político é o somatório dialético de dois componentes da atividade humana: o debate de ideias e o fazer político. Neste são tomadas decisões e erigidos atos (administrativos ou legiferantes) e naquele, que deve ocorrer no espaço público, as opiniões são trocadas e influenciam umas às outras. Fato é que, quanto a estes componentes:

[...] os dois se definem segundo relações de força que exigem processos de regulação, que se desenvolvem segundo um jogo de dominação que lhe é próprio. Cada um o faz misturando linguagem e ação: no primeiro é a linguagem que domina; no segundo a ação. O primeiro é o lugar de uma luta discursiva na qual muitos golpes são permitidos (manipulação, proselitismo, ameaças/promessas etc.), estando em jogo a conquista de uma legitimidade por meio da construção de opiniões; o segundo é o lugar onde se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã, sendo o desafio o exercício de uma autoridade mediante uma dominação feita de regulamentação e de sanção (CHARAUDEAU, 2015, p. 23).

Assim, então, grosso vernáculo, existe grande diferença entre o que os políticos, a se eleger e os em mandato, prometem e o que fazem efetivamente. Por isso, a palavra

política é repleta de armadilhas e, enaltece Charaudeau (2015), a instância política, mediante o jogo de máscaras, nunca promete coisas muito mirabolantes (inumanas), pois age com certa ética de responsabilidade, se debatendo entre uma verdade do/no dizer (ordem da razão) e uma verdade do/no fazer (ordem da paixão).

Marques (2013) nos diz, por exemplo, que o discurso político eleitoral é marcado profundamente pela presença de enunciadores midiáticos, por uma espetacularização e autolegitimação. Isso, porquanto uma fala (ou discurso) com vieses eleitorais é uma fala imersa no plasma de querelas partidárias, de busca por votos etc.

Neste tipo de discurso, diz esse autor citando outrem:

O sujeito político busca construir a imagem de conhecedor percuciente de sua área e apresenta-se detentor de dado saber cujo atributo outorga-lhe credibilidade: “anunciar-se como sendo aquele que sabe e pode promover a elisão ou o abrandamento da insatisfação que, de fato, lhe é estrutural e necessária, parece ser uma das características do discurso do campo político” (PIOVEZANI, 2009, p. 136). [...] O sujeito político [eleitoral] não pode pestanejar, precisa ter respostas de imediato como forma de fazer sobressair sua competência. Essa autolegitimação implica o apagamento de falhas e realce de acertos. Em contrapartida, em relação a sujeitos que ocupam posições antagônicas, evidenciar-se-á o contrário. Haverá o recrudescimento de erros e debilidades, bem como o apagamento de acertos, conquistas ou vitórias desses adversários. Nesse sentido, a necessidade de boa persuasão, de argumentos convincentes se faz presente. O político precisa ser um influenciador para que consiga interpelar os eleitores e deles conquistar os votos. Isso pode acarretar, muitas vezes, no desrespeito aos limites e à perda do bom senso. Daí a tendência em se pender para o espetáculo políti-

co [...] se por um lado o sujeito afirma sua própria capacidade, por outro tentará retirá-la de seus oponentes (MARQUES, 2013, p. 442).

Ademais, como estampa Duarte (2006), os discursos eleitorais têm como características básicas: a construção de uma imagem para os candidatos; discussões e debates sobre problemas sociais a serem resolvidos; ataques a adversários; pedagogia do voto (ensinamento ao eleitor de como o voto deve ser feito, quais os números, como levar anotado etc.); a escolha de uma gramática sistêmico-funcional (escolha de léxicos, palavras de efeito, expressões, *slogans*, músicas etc.); processo relacional-verbal com o povo (falar a língua do povo); e processo relacional-material (estar perto do povo).

Quanto aos discursos parlamentares, estes discursos não têm muitas diferenças dos discursos eleitorais, pois nestes e naqueles os enunciadores podem usar de mentiras, de persuasão, de artimanhas e estratégias diversas. Estes discursos são a prova viva de que política não é apenas conquistar o poder, mas também o exercer. Os parlamentares precisam, durante seus mandatos, a todo o momento propor projetos, fazer esclarecimentos sobre suas ações, enfim dialogar com quem neles votou. O problema está no fato de que tal diálogo, que deveria ser espontâneo, geralmente visa a solidificar votos para (re) eleições ulteriores.

Outro problema em nossa época é o fato de que os discursos parlamentares, assim como os eleitorais, não têm tido muito crédito/confiança por parte do povo brasileiro. Como noz diz Marques (2013) citando outro:

O modo de produção do discurso político na atualidade [...] [aponta] para a produção de

subjetividades: “a orquestração dos escândalos encoraja o cinismo da opinião e preside o desenvolvimento de uma cultura da desconfiança em relação às pessoas públicas” (COURTINE, 2006, p. 143). Essa desconfiança que reside o discurso político é ecoada em frases do cotidiano como “político é tudo [sic] ladrão”, atestando o descrédito social latente em relação aos agentes políticos. Isso se agrava com as constantes divulgações de corrupção e falta de punição dos culpados. O resultado é que “a noção de informação perde sua referencialidade e a realidade política se enfraquece” (COURTINE, 2006, p. 142) (MARQUES, 2013, p. 441).

O que fazer, então? Como produzir discursos melhores em nosso tempo? Falas mais éticas? O maior aliado de discursos, diz Orlandi (1993), é a história. Cabe a ela tentar promanar pelo tempo como realmente os fatos ocorreram. Diz a autora que, por exemplo, o Grito da Independência do Brasil, que é interpretado pelo povo brasileiro como um ato instaurador da soberania nacional, constituiu-se em verdade como uma declaração de guerra a Portugal que objetivava garantir o direito à propriedade dos grandes donos de terras que aqui já estavam radicados há muito tempo. Assim, a dita Independência do Brasil foi um ato isolado, motivado por causas econômicas, eliciado por uma classe isolada e não por todo o país, como certas narrativas deturpadas nos dizem. É necessário buscar novos paradigmas, aproximar-se mais da verdade, da *práxis* da vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim desse nosso modesto prosaico dissertativo de noções básicas sobre discurso, análise do discurso e discurso político. Esperamos ter contribuído para o

engendro de reflexões no leitor, mormente o leitor que desconhecia o tema.

Em tempos de crise política, bem como da premente necessidade de eleições diretas no Brasil, fica a mensagem sobre ser urgente firmar em nossas mentes que tudo é motivado, bem como ideológico, e, por isso, nenhum ato discursivo humano tem significação automática, sendo imprescindível sempre interpretarmos e analisarmos os signos que nos chegam de forma acurada. Tal comportamento pode nos livrar de existirmos em situação de subsunção extrema aos discursos ocultos maléficos, provenientes dos poderosos ou dos que querem ao poder chegar.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (V.). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 16. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.
- CARNEIRO, E. de A. **O discurso fundador do Acre**: heroísmo e patriotismo no último oeste. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade). Rio Branco: Universidade Federal do Acre - UFAC, 2008.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- DUARTE, R. D. *O 'fazer' em discursos políticos*: uma abordagem funcional. **33º Inter. Systemic Functional Congress**. Florianópolis: IFSC, 2006, p. 1082-1102.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MARQUES, W. *Discurso, Mídia e Política*: da Utopia ao Caos sob análise. **Veredas Online – Atemática**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 437-452, 2013.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- PAES, K. N. G. M. **O processo de autoria em textos escritos por alunos do curso de Direito**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade). Rio Branco: Universidade Federal do Acre – UFAC, 2009.
- TELES, T. R. **A fala de Ulysses Guimarães no ato promulgador da Constituição de 1988**: uma análise Bakhtiniana. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade). Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2016.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 09 de maio de 2017.

**Avaliado** em 19 de maio de 2017.

**Aceito** em 26 de maio de 2017.

**Publicado** em 18 de agosto de 2017.

### Como citar este artigo (ABNT):

TELES, Tayson Ribeiro. Discurso, Análise do Discurso e Discurso Político: ponderações conceituais. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 7, n. 1, p. 33-48, jan./abr. 2017.